

## Basta de enrolação! Trabalhadores exigem avanço nas negociações com a Petrobrás

**“O respeito ao processo de negociação é princípio desta gestão... (...) as limitações governamentais não podem impedir ou emperrar o processo de negociação, como ocorreu nas gestões anteriores... (...) estaremos sempre empenhados em buscar soluções negociadas para tudo o que for possível”.**

As aspas acima são trechos do discurso do presidente da Petrobrás, José Eduardo Dutra, durante a assinatura do ACT 2003/2004, em novembro passado. Os compromissos assumidos pela direção da empresa na campanha reivindicatória foram reiterados pelo presidente, que fez questão de frisar que seu discurso não era *“figura de retórica”*. Dutra reafirmou o empenho em acabar com as discriminações entre novos e antigos, em construir um novo plano de cargos e em buscar a anistia das punições e demissões.

No entanto, os dirigentes da Petrobrás não estão respeitando como deveriam o processo de negociação a que se refere o presidente da Petrobrás, e que é, inclusive, citado no planejamento estratégico da companhia como um dos princípios desta gestão.

Estamos participando de diversas frentes de negociação com a Petrobrás (Petros, PCAC, Anistia, Benefícios, PLR), mas, lamentavelmente, os interlocutores da empresa continuam repetindo as mesmas práticas das gestões anteriores. A mesa de negociação, que deveria estar sendo valorizada e incentivada pela empresa, acaba reproduzindo o mesmo teatro de tempos atrás.

Em vez de empenho em resolver as demandas dos trabalhadores, a direção da Petrobrás prefere criar obstáculos desnecessários à negociação, seguindo por um caminho que vai na contramão dos compromissos assumi-

dos pelo presidente da empresa. Compromissos estes que correm risco de serem reduzidos à *“figura de retórica”*.

Que pressão a Petrobrás tem feito junto ao DEST para buscar a igualdade de direitos para os novos? E a PLR? E os avanços de níveis devidos aos petroleiros que desde a greve de 95 têm sido discriminados? Por que tantas reticências em relação à Anistia e à construção de um novo Plano de Cargos? Por que tamanha dificuldade em resolver os problemas da Petros e as demais demandas dos trabalhadores?

A direção da empresa tem que dar um basta à omissão, ao jogo de empur-

ra e à enrolação com que está conduzindo as negociações com os trabalhadores. Um comportamento condenado pela FUP e pelos Sindicatos e inadmissível para a categoria, que cobra desta gestão os mesmos compromissos assumidos pelo presidente Dutra.

A FUP espera que a Petrobrás volte a priorizar o processo de negociação e avance no atendimento às reivindicações dos trabalhadores. Sabemos que é com mobilização e na luta que construímos nossas principais conquistas. Portanto, os petroleiros não hesitarão em tomar este caminho para fazer valer nossos pleitos.

### ***Divergências no cumprimento da Lei de Anistia***

A anistia das demissões e punições impostas pela Petrobrás nas greves de 94 e 95 é uma conquista histórica para os petroleiros. Uma vitória alcançada após nove anos de luta. E é através da Lei de Anistia, que estamos trazendo nossos companheiros de volta (até o momento, 67 petroleiros foram anistiados). No entanto, lamentavelmente, a direção da Petrobrás vem tendo um entendimento completamente equivocado em relação à Lei 10.790.

A empresa tem sido resistente à anistia dos dias parados (e de seus devidos reflexos), assim como a dos trabalhadores das extintas Interbrás e Petromisa, demitidos arbitrariamente no período compreendido pela Lei. A FUP já deixou claro que não admite que a empresa tente reduzir a abrangência da Lei de Anistia.

Além disto, a Petrobrás se recusa a aceitar como data de reintegração dos anistiados a data de publicação da Lei 10.790 (ou seja, 01/12/2003). A empresa insiste na visão deturpada de que a reintegração só passa a valer a partir da publicação do nome do anistiado no Diário Oficial da União.

Esta posição da direção da Petrobrás ficou explícita na reunião do dia 19, quando a FUP cobrou o atendimento das pendências em relação aos anistiados reintegrados. Já em relação aos anistiados que estão aposentados, a Petrobrás prega o contrário: a empresa entende que nestes casos a anistia só conta para o período que vai da demissão à aposentadoria.

Ou seja, a direção da empresa está interpretando a Lei de Anistia de acordo com as suas conveniências, desrespeitando o teor da Lei. Mais do que desrespeitar a Lei, a Petrobrás continua desrespeitando os direitos de trabalhadores que durante dez longos anos sofreram as consequências de uma demissão injusta e arbitrária.

Para a FUP, as reintegrações de todos os anistiados (seja da ativa ou aposentado) são retroativas à data de publicação da Lei de Anistia. Através de mobilizações e de ações judiciais, a Federação continuará exigindo que a direção da Petrobrás cumpra o que determina a Lei e trate com dignidade e respeito os companheiros anistiados. Anistia é Lei, não é favor.

## Petros: Petrobrás na contramão dos debates

Ao longo de todas as discussões do GTPC, os representantes dos trabalhadores apresentaram propostas de soluções para os problemas da Petros. Problemas que foram causados por sucessivos erros de gestão, mas cuja conta continua sendo injustamente paga pelos participantes e pelos trabalhadores novos, que nem sequer têm um plano de previdência complementar.

As propostas apresentadas pelos representantes da FUP estão sendo debatidas com a categoria nas palestras organizadas em conjunto com os sindicatos. A Petrobrás, no entanto, vem sistematicamente colocando obstáculos ao debate que vem sendo feito em relação à Petros. Repetindo as práticas das gestões anteriores, a direção da empresa continua impondo obstáculos à realização das palestras dos representantes da FUP nas unidades operacionais e administrativas.

Também no GTPC, a postura da direção da Petrobrás não foi diferente: os representantes da empresa limitaram-se a ouvir as propostas dos trabalhadores, sem avançar no debate. E pior: condicionaram o encaminhamento das soluções apresen-

tadas à discussão de um novo plano de previdência complementar para os trabalhadores novos, contrariando a reivindicação da categoria de reabertura do Plano Petros para estes companheiros.

A FUP continuará buscando resolver estas questões na mesa de negociação e requisitou à Petrobrás o agendamento para a primeira quinzena de maio de reuniões para tratar especificamente de Petros. No entanto, até o momento não obtivemos resposta da empresa. É imperativo tanto para os trabalhadores como para a Petrobrás resolver os problemas da Petros.

### Já passou da hora

- **Fim** da exigência do limite de idade para o grupo 78/79;
- **Cancelamento** da migração para o PPV e tratamento isonômico para os aposentados que não migraram;
- **Abertura** do Plano Petros para os trabalhadores novos;
- **Mudança** na forma de cálculo das pensões, conforme previsto no artigo 31 do RPB Petros;
- **Paridade** na gestão da direção da Petros, alternância na periodicidade dos votos de qualidade dos Conselhos e consulta ao corpo social.

## FUP quer novos critérios para distribuição de níveis

### Petrobrás tem que saldar a dívida com os trabalhadores discriminados após a greve de 95

Iniciada em maio do ano passado, a discussão de mudanças na política de remuneração da Petrobrás pouco evoluiu. Até hoje, a empresa não respondeu à proposta da FUP de concessão de um nível a cada 18 meses aos trabalhadores que tiveram suas carreiras congeladas após a greve de 95. Pior: de forma unilateral, a empresa chegou a criar Comitês de Gestão de Desempenho, cuja principal ferramenta de avaliação continuou sendo o condenado GDP.

A proposta dos trabalhadores foi novamente enfatizada no seminário que discutiu em março a construção de um novo plano de cargos. A cobrança dos níveis que a Petrobrás deve a estes trabalhadores tem sido uma das prioridades da FUP nas rodadas de negociação do PCAC. No entanto, a empresa tem se recusado a tratar desta questão em mesa,

repetindo a mesma manobra das administrações passadas que fugiam da discussão, alegando que níveis e promoções são instrumentos de gestão.

A FUP não abre mão desta discussão, que é um dos principais pontos da pauta de negociação que trata do plano de cargos. A proposta da categoria é de que a empresa implemente até julho a correção dos níveis e resolva os problemas mais urgentes do PCAC: correção das distorções salariais dos novos e anistiados; fim das diferenciações dos pisos e tetos dos cargos com o mesmo grau de escolaridade; nível 220 para o piso inicial e solução para os topados.

Passada esta etapa da negociação, a FUP quer que a Petrobrás inicie imediatamente o processo de construção de um novo plano de cargos em conjunto com os trabalhadores.

## FIQUE DE OLHO

### X CONFUP - Dez anos de lutas e conquistas!

O décimo Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros celebrará as lutas e conquistas da categoria, ao longo destes dez anos de existência da FUP. O X CONFUP será realizado entre 17 e 20 de junho, na cidade de Fortaleza, no Ceará. O evento será precedido pela Plenária Nacional Estatuinte, marcada para os dias 16 e 17, em Fortaleza, no mesmo local onde será realizado o Congresso.

Atenção aos prazos: **03/05** - entrega das teses; **16/05** - data final para realização dos congressos regionais; **18/05** - último dia para apresentação das delegações e propostas de emendas.

### Comissão anistia mais cinco demitidos de 95

Na reunião do dia 16/04, a Comissão Interministerial aprovou o requerimento de anistia para mais cinco companheiros demitidos por participação na greve de 1995. Foram anistiados: Marcos Margarido (REPLAN); Leonardo Garcia dos Santos (REPLAN); Luis Manuel Andrade Menezes (UN-SEAL); Antônio Baltazar de Almeida Costa Neto (UN-SEAL) e Luís Oliveira dos Santos (UN-BA). Até o momento, foram anistiados 67 petroleiros demitidos nas greves de 94 e 95. A maioria deles já está reintegrada. A Comissão Interministerial de Anistia volta a reunir-se dia 07 de maio.

### Calendário da FUP

#### Reuniões com a Petrobrás

Comissão de Anistia - 26/04

Plano de Cargos - 04/05

Acompanhamento do ACT - 18/05

Terceirização - 19/05

Interbrás/Petromisa - 19/05

Comissão de PLR - 20/05

Seminário de SMS - 24 e 25/05;

#### Atividades da FUP

Reunião da Direção - 17/05

Palestras com os representantes da FUP no GTPC - 01 a 30/04

Coletivo de SMS - 21 e 22/05

**Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas** - 21/05

**Plenária Nacional dos Participantes da Petros** - 22 e 23/05

**Conclusão dos trabalhos da Comissão de Anistia** - 08/2004;

**Congresso da CNQ** - 02 a 05/06

**Plenária estatuinte** - 16 e 17/06

**X CONFUP** - 17 a 20/06;

Edição 676 - Semana de 22 a 28/04/2004 - Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS [www.fup.org.br](http://www.fup.org.br) Filiada à 

Av. Rio Branco, 133, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20040-060. Tel/Fax.: (21) 3852-5002. E-mail: [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br)

Diretoria responsável pelo conteúdo deste informativo: Agnaldo, Caetano, Carrara, Clarkson, Corbo, Gildásio, Hélio, Mauro, Pires, Radiovaldo, Silva, Silvio Sinedino, Zé Maria. Representantes dos Aposentados na FUP: Chicão & Macer. Jornalista: Alessandra Murteira - MTB 16763